



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
COFAP	
N.º Único	463186
Entrada/Sala n.º	323
Data	24/4/2013

Exmo. Senhor  
Deputado Eduardo Cabrita  
Presidente da Comissão Parlamentar de  
Orçamento, Finanças e Administração Pública

Lisboa 23 de Abril de 2013

**Audições da Secretária de Estado do Tesouro e do Ministro de Estado e das Finanças**

Como é do conhecimento público, o PCP tem vindo há muitos meses a denunciar o estabelecimento de múltiplos contratos de alto risco subscritos por diversas administrações de empresas públicas, com especial incidência na área dos transportes públicos.

Fizemo-lo através da apresentação de diversos requerimentos e de perguntas ao Governo, em Setembro de 2012, em Novembro de 2012, em Janeiro de 2013, sem que o Governo tenha alguma vez respondido.

Fizemo-lo em debates no Plenário e em Comissão, mormente há cerca de quinze dias na Comissão de Economia e Obras Públicas, tendo então o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações remetido esclarecimentos para a Secretária de Estado do Tesouro. Só que, na altura, o requerimento do PCP para ouvir a Dra. Maria Luís Albuquerque foi rejeitado pela maioria PSD/CDS por ser "extemporâneo"!

Fizemo-lo mais uma vez na sessão plenária de 17 de Abril, através de uma declaração política feita pelo deputado Bruno Dias, que recordou os números do último relatório da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças apontando para uma perda de mais de 2,645 mil milhões de euros com o estabelecimento desses contratos de alto risco.

Desde então os acontecimentos precipitaram-se e hoje é claro que o País está mais uma vez confrontado com indícios de uma gestão desastrosa que pode conduzir a prejuízos milionários da mesma ordem de grandeza do caso BPN.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

A ponta do iceberg começa a ser destapada a partir de uma investigação realizada pelo instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) à utilização de “instrumentos financeiros derivados para proteção de taxas de juro” que acaba por confirmar uma série quase infindável de operações financeiras de natureza especulativa com graves e avultados prejuízos para o Estado.

Ora, sendo o IGCP dirigido pelo Ministério das Finanças e pela Secretaria de Estado do Tesouro importa para uma avaliação global do problema e das respetivas implicações e consequências ouvir os respetivos titulares, Vítor Gaspar e Maria Luís Albuquerque

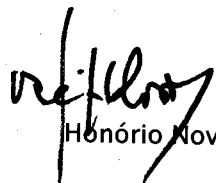
Sucede entretanto que no caso da Dra Maria Luis Albuquerque veio adicionalmente a lume a sua eventual participação direta no estabelecimento de um ou de vários desses contratos de alto risco especulativo, enquanto responsável financeira durante vários anos da REFER, empresa pública. A Comunicação Social faz mesmo referência, sem contestação oficial, que no caso da REFER estarão em causa 15 operações com valor contratual de 3100 milhões de euros e perdas potenciais de 40 milhões de euros.

Face ao exposto, e tal como foi publicamente anunciado pelo seu Líder Parlamentar, Deputado Bernardino Soares, durante as Jornadas Parlamentares que o Grupo Parlamentar do PCP realizou em 22 e 23 de Abril em Viana do Castelo, requeremos que se realizem com urgência as seguintes duas audições:

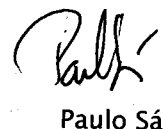
1. Ministro de Estado e das Finanças, Vítor Gaspar;
2. Secretária de Estado do Tesouro; Maria Luís Albuquerque.

Com os melhores cumprimentos

Os Deputados

  
Honório Novo

  
Bruno Dias

  
Paulo Sá